

ANEXO 6 – O individualismo contemporâneo no esbatimento do estigma

O individualismo contemporâneo no esbatimento do estigma

A demarcação existente entre a dimensão em que nos inserimos a “nós” e a outra dimensão em que inserimos os “outros” é bastante importante na questão do estigma e, por consequência, a da exclusão social, como foi possível verificar ao longo deste trabalho. Estabelecer a demarcação entre os que estão dentro e os que estão fora dessas dimensões por nós estabelecidas é um exercício subjectivo que ao longo da história da civilização humana vem trazendo inegáveis consequências, resultando em conflitos e culminando com a morte de seres humanos. No entanto, a realidade dos dias de hoje é distinta daquela em que Goffman desenvolveu o seu estudo acerca do estigma, aliás, os valores sociais são inegavelmente diferentes, abarcando nessa mutação noções de pertença, exclusão e, por conseguinte, de estigma. De acordo com Lipovetsky (1989, p.371), apesar de não existir uma sociedade climatizada e homogênea, vivemos numa fase de “(...) coabitação pacífica dos contrários” em que os seres humanos nos dias de hoje podem “(...) coexistir na heterogeneidade de pontos de vista” uma vez que se verifica um domínio nos costumes de um “(...) relativismo pacificador”, em que tudo o que deriva da violência física é integralmente desclassificado e conotado negativamente. Mesmo quando os estados-maiores políticos se inclinam para discursos de posições irredutíveis, a sociedade mantém-se refractária à guerra de origem política ou ideológica.

Nos dias de hoje quando existe uma situação de antagonismo de ideias não existe a violência de tentar fazer desaparecer o outro por meio da força. Lipovetsky (1989, p.370) faz uma alusão a esta dimensão do social denominando-a de “costumes democráticos” considerando-os como o “(...) cimento da nossa permanência” como uma sociedade de coesão da diversidade. O autor explica esta coesão do todo colectivo baseando-se na ideia de uma “(...) extraordinária civilização do conflito” onde os comportamentos individuais e colectivos se encontram pacificados, derivando de um fenómeno de “(...) expansão dos valores individualistas da vida, de respeito e de indiferença para com o outro”.

Seria logicamente mais simples reduzir o fenómeno do individualismo à sua dimensão narcisista, uma vez que é a inclinação mais dominante na sociedade democrática. No entanto, não é a única inclinação. Assim, de acordo com Lipovetsky (1989, p.372) quando o indivíduo sai da sua bolha narcisista busca lutas sociais onde prevalece a lógica individualista, onde a luta pela melhoria de condições de vida prevalece sobre a ideia de

dedicação em prol de uma ideologia, e onde prevalece “(...) estar farto sobre o militantismo”. Assim, nas acções de luta social o indivíduo já não se inclina perante uma ordem superior que lhe dita as ideias e as acções. Um exemplo disso é a actual falência dos sindicatos e o surgimento de mediadores de conflitos, onde o direito individual prevalece ao direito colectivo.

Neste sentido, à medida que o indivíduo está socializado para ser autónomo na sua esfera privada, mais valor é dado aos direitos do homem, visto que ao cultivar-se cada vez mais o individualismo, mais a individualidade humana se estabelece como valor último. Assim, as grandes ideias políticas vão caindo à medida que se valoriza a vida e o respeito pela pessoa, da mesma forma que a violência ao regredir nos costumes ressalva a incondicional defesa do indivíduo e das suas liberdades e direitos individuais. A própria solidariedade baseia-se não numa lógica sistemática, mas sim perante a comoção, seja na intolerância a actos racistas ou perante a fome e miséria física de algumas pessoas.

Temos menos rigorismo doutrinário mas mais preocupações humanitárias, menos abnegação ética mas mais respeito pela vida, menos fidelidade mas mais espontaneidade de massa. O que não leva ao melhor nem ao pior dos mundos (Lipovetsky, 1989, p.378).

No caso específico do alcoolismo também se verifica este fenómeno, o que revela um afastamento relativamente ao que Goffman (1963) preconiza. Verifica-se que existe pertinência em afirmar e solidificar a ideia de que o alcoolismo é uma doença e não um vício, que é necessário apoiar estes sujeitos em vez de os estigmatizar ou excluir. Surge uma preocupação de nos colocarmos na pele do outro, ao invés de defendermos um estatuto de pertença ao grupo dos não alcoólicos, onde sobressai o individualismo e não o choque de grupos.